

PROJETO DE LEI Nº 1.113, DE 2020

(Apensado: PL nº 3.480, de 2020)

Dispõe sobre a inclusão do Corona Vírus (COVID-19) como doença grave que isenta os segurados do Regime Geral de Previdência Social - RPPS do cumprimento da carência para concessão dos benefícios de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez.

Autores: Deputados RODRIGO COELHO E OUTROS

Relator: Deputado CLEBER VERDE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.113, de 2020, de autoria do Deputado Rodrigo Coelho e outros, pretende acrescentar a expressão “Corona Vírus (COVID-19) e suas mutações” ao rol de doenças do art. 151 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispensa o segurado do cumprimento do período de carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no Regime Geral de Previdência Social.

O Projeto de Lei nº 3.480, de 2020, apensado, de autoria do Deputado Renildo Calheiros e outras, que “Inclui a COVID-19 na Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho e estabelece condições especiais para as pessoas contaminadas pelo Coronavírus”, propõe o acréscimo do termo “COVID-19” ao mesmo rol de doenças do projeto principal, com fundamento no art. 6º, § 3º, inc. VII, da Lei nº 8.080, de 1990, que prevê “revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais”.

A matéria foi distribuída à Comissão de Seguridade Social e Família, para análise do mérito; à Comissão de Finanças e Tributação, para verificação da adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foi apresentada uma emenda de Plenário, de autoria do Deputado Enio Verri, para modificar a redação do art. 4º da Lei nº 13.982, de 2020, que atualmente autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a antecipar um salário mínimo mensal aos requerentes de auxílio-doença, durante o período de três meses ou até a realização da perícia médica.

O objetivo da emenda de Plenário é substituir a redação atual para autorizar o INSS a pagar auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, independentemente de carência e mediante apresentação de atestado médico, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, ou até a realização de perícia médica.

Houve dois requerimentos de apensação não apreciados: Projeto de Lei nº 1.765, de 2020, e Projeto de Lei nº 2.446, de 2020.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 13.982, de 2020, foi recentemente aprovada como parte do conjunto de ações de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Nesse contexto, alterou o critério de aferição de renda para fins do benefício de prestação continuada da assistência social; instituiu o auxílio emergencial de R\$ 600 mensais para trabalhadores informais; e autorizou o INSS a antecipar o valor de um salário mínimo mensal para os requerentes do benefício de auxílio-doença do Regime Geral de Previdência Social, durante o período de três meses, ou até a realização de perícia médica, o que ocorresse primeiro.

Entretanto, a referida antecipação do auxílio-doença ficou condicionada ao cumprimento do respectivo período de carência, que corresponde a 12 contribuições mensais, e à apresentação de atestado médico, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Em nosso entendimento, não é razoável exigir carência para concessão de auxílio-doença em meio ao momento mais grave do surto de COVID-19. A possibilidade de contágio ameaça diariamente milhões de brasileiros, muitos dos quais não possuem o número exigido de contribuições mensais à seguridade social para a concessão do benefício, conforme se pode verificar na experiência de cadastro para pagamento do auxílio emergencial. Entre os acometidos pela doença, há, inclusive, profissionais de saúde, muitos deles recém-formados, ou até mesmo com suas formaturas antecipadas, pois foram convocados para reforçar as equipes de saúde que estão prestando o atendimento necessário à população.

Portanto, revelam-se oportunas e meritórias as propostas em análise, que buscam acrescentar a expressão “Corona Vírus (COVID-19) e suas mutações” ou “COVID-19” ao rol de doenças do art. 151 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispensa o segurado do cumprimento do período de carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no Regime Geral de Previdência Social.

Demos preferência à expressão contendo a denominação apresentada no projeto apensado, por meio do substitutivo em anexo, tanto na ementa quanto no projeto, uma vez que o nome da doença é COVID-19 (do inglês *Coronavirus Disease* 2019), sendo um tipo específico de coronavírus – denominado SARS-CoV-2 – o respectivo agente causador. Por seu turno, são as mutações desse novo coronavírus que podem ser capazes de gerar variações – e não mutações – na doença.

Considerando que o coronavírus causador da COVID-19 circulará indefinidamente, mas que, por outro lado, existem perspectivas concretas de criação de uma vacina eficaz até o próximo ano, condicionamos a dispensa de carência ao período de duração do estado de emergência de



saúde pública de importância internacional, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

Também levamos em consideração o fato de que muitos pacientes com COVID-19 apresentam sintomas leves ou até mesmo são assintomáticos, de modo que o benefício de auxílio-doença será devido somente a partir da data da internação hospitalar – quando fica caracterizada uma manifestação mais grave da doença –, e enquanto o segurado permanecer incapacitado, podendo ser devida aposentadoria por invalidez ao seu término.

Em relação à emenda de Plenário que já foi apresentada, nos manifestaremos formalmente no Parecer às Emendas de Plenário..

RESUMO DO VOTO:

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 1.113 de 2020, e nº 3.480, de 2020, na forma do substitutivo em anexo.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária dos Projetos de Lei nº 1.113 de 2020, e nº 3.480, de 2020, na forma do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 1.113 de 2020, e nº 3.480, de 2020, na forma do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado CLEBER VERDE
Relator



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.113, DE 2020 **(APENSADO: PL Nº 3.480, DE 2020)**

Altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para acrescentar a COVID-19 entre as doenças que dispensam os segurados do Regime Geral de Previdência Social – RPPS do cumprimento do período de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, enquanto durar o estado de emergência em saúde pública de importância internacional de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 151.

§1º Não será exigida carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos por COVID-19, até o término do período de emergência de saúde pública de importância internacional, na forma prevista pelos §§ 2º e 3º do art. 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º O auxílio-doença do § 1º será devido a partir da data da internação hospitalar e enquanto o segurado permanecer incapacitado, sem prejuízo do disposto no art. 43.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado CLEBER VERDE
 Relator





Documento eletrônico assinado por Cleber Verde (REPUBLIC/MA), através do ponto SDR_56070, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.